RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

3º QUADRIMESTRE DE 2019

Brasília
Dezembro de 2019

E.M. Interministerial nº 18/2020/ME/CGU

Brasília, 28 de janeiro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante do Ministério da Controladoria–Geral da União.

4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2019, se encerra em 30 de janeiro do exercício corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja

finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2019.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro da Economia

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro da Controladoria–Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal 5

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 9

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores 11

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito 12

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar 13

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal 14

Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos 15

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.094.102	19.443.790	23.723.127	20.202.900	20.174.325	26.888.210	19.775.044	19.852.254	19.834.202	19.885.364	30.849.611	22.776.647	263.499.576	835.241
Pessoal Ativo	10.938.236	10.432.079	12.586.475	10.757.183	10.759.347	13.075.338	10.352.705	10.351.463	10.348.771	10.401.167	16.485.590	13.193.024	139.681.378	640.211
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.546.912	9.018.310	11.190.832	9.345.645	9.402.065	11.577.779	8.947.709	9.032.718	8.943.141	8.952.435	14.010.447	11.544.159	121.512.154	462.359
Obrigações Patronais	1.390.920	1.413.511	1.395.429	1.411.215	1.357.117	1.497.211	1.405.657	1.318.451	1.405.446	1.448.371	2.474.652	1.648.494	18.166.475	177.852
Benefícios Previdenciários	404	258	214	322	164	348	-661	295	184	361	491	371	2.750	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.139.945	8.987.208	11.122.011	9.413.218	9.368.084	13.777.771	9.390.295	9.462.534	9.450.186	9.451.441	14.329.212	9.539.373	123.431.279	176.199
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.795.469	5.776.044	7.336.208	6.035.296	5.986.098	8.770.804	6.002.327	6.053.934	6.056.327	6.057.294	9.188.686	6.109.425	79.167.912	125.358
Pensões	3.344.451	3.211.140	3.785.779	3.377.898	3.381.961	5.006.943	3.387.944	3.408.576	3.393.834	3.394.122	5.140.502	3.429.922	44.263.071	50.841
Outros Benefícios Previdenciários	25	25	25	25	25	25	25	24	24	24	24	26	296	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.921	24.503	14.641	32.499	46.893	35.101	32.044	38.257	35.245	32.756	34.809	44.250	386.920	18.832
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.419.613	2.409.688	6.321.163	2.063.343	1.993.274	2.528.157	2.561.773	2.789.356	3.474.684	2.603.565	4.398.467	1.864.295	35.427.378	290.219
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	76.163	92.891	210.503	123.686	94.085	56.011	71.194	78.460	79.515	67.391	77.842	74.341	1.102.082	116.037
Decorrentes de Decisão Judicial	96.502	186.496	4.002.914	529.298	565.135	377.526	328.441	276.234	231.058	257.253	283.067	366.790	7.500.713	146.205
Despesas de Exercícios Anteriores	74.130	39.023	27.267	30.130	30.495	15.872	42.317	27.214	30.288	24.944	695.401	26.321	1.063.403	20.803
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.172.819	2.091.277	2.080.478	1.380.228	1.303.558	2.078.748	2.119.821	2.407.448	3.133.823	2.253.978	3.342.158	1.396.844	25.761.180	7.174
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.674.489	17.034.102	17.401.964	18.139.557	18.181.051	24.360.053	17.213.271	17.062.898	16.359.518	17.281.798	26.451.144	20.912.352	228.072.198	545.022

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.590	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	228.617.220	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100		25,243%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%[1]	343.244.605	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%	326.082.375	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	308.920.145	34,110%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autónomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.296	38.374	38.615	39.540	39.573	58.817	40.002	40.889	40.201	45.194	67.326	42.459	529.286	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.296	38.374	38.615	39.540	39.573	58.817	40.002	40.889	40.201	45.194	67.326	42.459	529.286	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	24.807	24.751	25.113	25.889	26.019	38.639	26.339	27.147	25.998	31.161	46.311	28.247	350.421	0
Pensões	13.489	13.623	13.502	13.651	13.554	20.178	13.662	13.743	14.203	14.033	21.015	14.211	178.865	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	367	363	330	12.066	11.972	17.760	12.020	12.048	14.245	29.146	57.473	29.031	196.821	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	110	105	74	0	66	67	67	68	0	0	0	69	626	0
Despesas de Exercícios Anteriores	257	258	256	263	257	258	257	256	256	257	285	-1	2.859	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	11.803	11.650	17.434	11.697	11.724	13.989	28.889	57.188	28.963	193.336	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.928	38.011	38.285	27.474	27.601	41.058	27.982	28.841	25.956	16.048	9.853	13.427	332.465	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.590	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	332.465	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100		0,037%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.530.563	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	1.454.035	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	1.377.507	0,152%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.275	25.041	25.786	7.841	7.820	44.908	36.397	49.586	28.365	29.209	45.985	30.581	356.793	24
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.275	25.041	25.786	7.841	7.820	44.908	36.397	49.586	28.365	29.209	45.985	30.581	356.793	24
Aposentadorias, Reserva e Reformas	17.696	17.348	18.010	6	14	33.263	28.674	41.514	20.497	21.271	33.197	22.544	254.035	24
Pensões	7.579	7.693	7.776	7.835	7.805	11.645	7.723	7.984	7.868	7.938	12.788	8.037	102.670	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	88	0	0	0	0	88	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15	15	23	12	26	17	12	109	15.526	29.210	45.151	15.341	105.458	24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	88	0	0	0	0	88	0
Decorrentes de Decisão Judicial	15	15	15	12	12	12	12	13	6	6	6	6	132	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	7	0	14	4	0	0	0	0	0	0	25	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	7	15.520	29.204	45.146	15.335	105.212	24
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	25.259	25.026	25.763	7.829	7.794	44.891	36.385	49.477	12.839	0	834	15.240	251.335	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.590	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	251.335	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100		0,028%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	896.602	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	851.772	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	806.942	0,089%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.235.268	908.692	907.427	965.799	993.294	1.129.965	983.918	981.812	992.557	1.271.310	1.245.843	931.978	12.547.862	8.914
Pessoal Ativo	647.787	681.279	507.958	555.939	578.975	583.395	484.485	544.807	486.870	595.574	619.221	570.724	6.857.016	2.141
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	635.069	668.562	495.278	543.318	566.447	570.998	472.238	532.550	474.460	583.229	594.929	558.573	6.695.650	2.141
Obrigações Patronais	12.718	12.717	12.680	12.622	12.528	12.397	12.247	12.258	12.410	12.345	24.292	12.151	161.365	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	587.481	227.413	399.469	409.860	414.319	546.570	499.433	437.005	505.687	675.735	626.622	361.254	5.690.847	6.773
Aposentadorias, Reserva e Reformas	518.482	182.006	353.741	364.196	367.186	480.522	453.624	390.737	444.271	604.254	548.581	304.260	5.011.860	6.773
Pensões	68.998	45.407	45.728	45.663	47.133	66.048	45.809	46.268	61.416	71.481	78.041	56.994	678.986	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	836.495	54.492	55.319	57.890	62.615	56.190	61.629	58.278	48.873	31.792	51.948	48.460	1.423.982	6.773
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.434	10.081	8.335	12.658	16.707	10.535	16.043	12.531	16.994	16.600	7.423	6.628	136.971	0
Decorrentes de Decisão Judicial	86	86	86	86	87	80	89	89	89	89	98	89	1.055	0
Despesas de Exercícios Anteriores	786.999	175	46	31	679	294	158	275	229	86	19.777	8.311	817.059	6.773
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.976	44.150	46.852	45.116	45.141	45.281	45.338	45.383	31.561	15.017	24.651	33.432	468.897	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	398.773	854.200	852.108	907.909	930.679	1.073.774	922.289	923.534	943.684	1.239.517	1.193.895	883.518	11.123.880	2.141

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.590	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.126.021	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100		1,229%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	19.924.489	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	18.928.265	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	17.932.040	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.764.560.886	5.781.968.233	5.943.381.534	6.200.607.290
Dívida Mobiliária	5.684.014.621	5.735.956.128	5.893.481.036	6.146.316.245
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	27.186.388	1.049.927	5.618.827	6.705.687
Dívida Contratual	44.552.710	38.409.100	38.450.968	40.492.803
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	411.567	2.614.105	1.963.128	557.030
Outras Dívidas	8.395.601	3.938.972	3.867.575	6.535.525
DEDUÇÕES (II) *	2.561.056.707	2.470.513.842	2.455.648.283	2.616.523.454
Ativo Disponível	1.277.458.512	1.173.014.572	1.217.631.121	1.438.785.413
Haveres Financeiros	1.344.049.083	1.363.218.516	1.323.652.077	1.251.837.095
(-) Restos a Pagar Processados[1]	-60.450.888	-65.719.246	-85.634.915	-74.099.054
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	3.203.504.179	3.311.454.391	3.487.733.251	3.584.083.836
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	805.348.403	818.616.620	829.157.292	905.658.590
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	715,78%	706,31%	716,80%	684,65%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	397,78%	404,52%	420,64%	395,74%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[2]	-	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

[1]O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2019.

[2] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.764.560.886	5.781.968.233	5.943.381.534	6.200.607.290
Dívida Mobiliária	5.684.014.621	5.735.956.128	5.893.481.036	6.146.316.245
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	3.738.771.183	3.734.727.183	3.921.796.644	4.092.301.702
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.417.144	-2.525.496	-2.672.501	-2.738.436
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.806.878.012	1.857.212.348	1.820.732.042	1.900.821.455
Dívida Securitizada	6.498.247	5.404.541	6.711.949	4.850.148
Dívida Mobiliária Externa	134.284.323	141.137.552	146.912.901	151.081.377
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	27.186.388	1.049.927	5.618.827	6.705.687
Dívida Contratual	44.552.710	38.409.100	38.450.968	40.492.803
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	44.552.710	38.409.100	38.450.968	40.492.803
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	411.567	2.614.105	1.963.128	557.030
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	4.247.359	1.882.411	1.958.628	2.618.374
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	4.148.241	2.056.561	1.908.947	3.917.151
DEDUÇÕES (II)	2.561.056.707	2.470.513.842	2.455.648.283	2.616.523.454
Ativo Disponível	1.277.458.512	1.173.014.572	1.217.631.121	1.438.785.413
Depósitos do TN no BCB	1.274.111.968	1.170.533.764	1.214.964.500	1.436.157.354
Depósitos à Vista	2.711.227	2.480.808	2.666.621	2.628.058
Arrecadação a Recolher	635.317	0	0	0
Haveres Financeiros	1.344.049.083	1.363.218.516	1.323.652.077	1.251.837.095
Aplicações Financeiras	362.009.743	390.965.631	387.738.127	391.556.024
Disponibilidades do FAT	308.258.223	303.827.234	312.074.355	320.812.312
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	53.751.519	87.138.398	75.663.772	70.743.712
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	597.439.987	595.093.077	600.245.365	602.937.307
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	578.511.394	576.364.149	581.848.285	587.978.253
Créditos da Lei nº 8.727/93	7.986.196	7.863.833	7.927.160	8.082.724
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	5.892.756	6.847.383	6.937.547	7.742.155
Demais Dívidas Renegociadas	29.037.512	30.513.798	34.054.693	38.309.523
Ajustes para Perdas	-23.987.870	-26.496.086	-30.522.320	-39.175.347
Demais Ativos Financeiros	384.599.353	377.159.808	335.668.586	257.343.763
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	389.513.297	384.803.651	343.353.851	261.008.350
Ajustes para Perdas	-4.913.944	-7.643.843	-7.685.265	-3.664.587
(-) Restos a Pagar Processados[1]	-60.450.888	-65.719.246	-85.634.915	-74.099.054
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.203.504.179	3.311.454.391	3.487.733.251	3.584.083.836
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	805.348.403	818.616.620	829.157.292	905.658.590
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	715,78%	706,31%	716,80%	684,65%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	397,78%	404,52%	420,64%	395,74%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[2]	-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	197.186.182	197.113.572	203.182.735	200.463.490
Em Operações de Crédito Externas	106.449.839	105.954.805	112.400.772	109.558.277
Em Operações de Crédito Internas	90.736.343	91.158.767	90.781.963	90.905.212
AOS MUNICÍPIOS (II)	16.739.529	17.279.045	18.215.762	19.455.577
Em Operações de Crédito Externas	13.038.169	13.488.296	14.485.621	14.615.816
Em Operações de Crédito Internas	3.701.360	3.790.748	3.730.141	4.839.761
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	41.099.979	40.600.834	40.137.918	35.912.373
Em Operações de Crédito Externas	22.123.794	22.523.710	23.378.032	22.383.816
Em Operações de Crédito Internas	18.976.185	18.077.124	16.759.886	13.528.557
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	22.862.328	22.902.323	22.893.464	23.674.573
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	277.888.019	277.895.773	284.429.879	279.506.012
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	805.348.403	818.616.620	829.157.292	905.658.590
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	34,51%	33,95%	34,30%	30,86%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	483.209.042	491.169.972	497.494.375	543.395.154
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	434.888.138	442.052.975	447.744.938	489.055.638

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	197.186.182	199.093.740	203.182.735	200.463.490
Em Garantia às operações de Crédito Externas	106.449.839	107.656.121	112.400.772	109.558.277
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.736.343	91.437.619	90.781.963	90.905.212
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	16.739.529	17.332.999	18.215.762	19.455.577
Em Garantia às operações de Crédito Externas	13.038.169	13.451.202	14.485.621	14.615.816
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.701.360	3.881.797	3.730.141	4.839.761
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	16.381.671	16.801.162	16.122.785	15.550.349
Em Garantia às operações de Crédito Externas	8.603.630	9.021.576	9.303.816	9.171.614
Em Garantia às operações de Crédito Internas	7.778.041	7.779.586	6.818.968	6.378.735
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	230.307.382	233.227.901	237.521.282	235.469.416

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	285.595.248	979.205.026
Mobiliária	283.669.041	976.645.259
Interna	270.966.710	957.988.228
Refinanciamento	126.834.477	362.586.111
Outras Internas - Orçamentárias	142.358.812	590.120.894
Outras Internas - Extraorçamentárias	1.773.420	5.281.223
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	263.255	1.022.219
Trocas e Demais Operações Internas	1.510.165	4.259.004
Externa	12.702.331	18.657.031
Refinanciamento	11.504.588	12.358.474
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)[1]	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	1.197.744	6.298.557
Contratual	1.926.207	2.559.767
Externa	1.926.207	2.559.767
Abertura de Crédito - Orçamentárias	1.926.207	2.559.767

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	905.658.590	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	753.556.725	83,21%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas[1]	752.534.506	83,09%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008[1]	1.022.219	0,11%
Concessão de Garantias[2]	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)[3]	225.648.300	24,92%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS[4]	543.395.154	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

[1] Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

[2] Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Em 2019, houve um aumento de concessão de garantias no valor de R$ 1.610,2 bilhão. Contudo, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

[3] No caso de as deduções superarem as operações de crédito realizadas no período, o valor considerado para fins de apuração do limite é zero.

[4] Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b") R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - b - c - d - e)	(g)	(f - g)	(h)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (	**154.878.209.440**	**10.439.987.507**	**12.128.176.624**	**16.308.687.965**	**6.611.039.387**	**109.390.317.957**	**27.936.675.622**	**81.453.642.335**	**4.472.925**
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	**1.380.746.195.968**	**4.509.048.858**	**45.129.543.997**	**13.378.585.259**	**15.288.914.954**	**1.302.440.102.901**	**49.230.063.190**	**1.253.210.039.711**	**1.370.126**
1. Recursos vinculados à Educação	19.530.178.288	143.144.597	56.943.734	1.088.796.001	3.272.997	18.238.020.958	3.811.233.048	14.426.787.910	320.386
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	42.350.298.068	1.080.794.651	5.339.710.135	3.632.390.039	41.213.008	32.256.190.235	6.943.300.854	25.312.889.381	34.337
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	1.901.298.409	2.559.046	1.738.734.309	7.495.026	48.620.860	103.889.169	4.083.003	99.806.166	0
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	49.465.446.730	202.781	35.398.694.259	3.914	0	14.066.545.776	0	14.066.545.776	0
5. Recursos de Receitas Financeiras	280.187.428.742	1.701.242.508	55.955.882	2.132.890.663	41.241.184	276.256.098.505	7.699.387.645	268.556.710.860	0
6. Recursos de Operação de Crédito	591.595.349.848	558.958.243	730.761.841	1.683.818.693	-202.616	588.622.013.687	3.155.902.407	585.466.111.280	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	4.328.115.601	6.603.406	804.664	12.791.617	6.178.479	4.301.737.435	29.045.040	4.272.692.395	8.842
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	15.682.756.843	0	63.912	2.747.151	0	15.679.945.780	9.816.255.334	5.863.690.446	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	329.520.383.842	1.015.543.625	1.506.124.197	4.817.652.155	1.931.222.708	320.249.841.158	17.351.580.840	302.898.260.317	1.006.560
10. Outros Recursos Vinculados	46.026.057.614	0	301.751.065	0	13.182.159.684	32.542.146.865	419.275.020	32.122.871.845	0
11. Recursos a Classificar	158.881.983	0	0	0	35.208.650	123.673.333	0	123.673.333	0
TOTAL (III) = (I + II)	**1.535.624.405.408**	**14.949.036.365**	**57.257.720.621**	**29.687.273.224**	**21.899.954.341**	**1.411.830.420.858**	**77.166.738.812**	**1.334.663.682.046**	**5.843.051**

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (2/2)

Notas:

1 As fontes de recursos foram agrupadas conforme o atributo Fonte de Recursos e, em alguns casos, de acordo o seu detalhamento para se adequar ao novo modelo do Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal. Mais informações estão na seção de Metodologia deste RGF.

2 Os recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	905.658.589	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	228.617.220	25,24%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	343.244.605	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	326.082.375	36,01%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	308.920.145	34,11%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	332.465	0,04%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.530.563	0,17%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.454.035	0,16%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,246%	1.377.507	0,15%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	251.335	0,03%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	896.602	0,10%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	851.772	0,09%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,144%	806.942	0,09%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.126.021	1,23%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	19.924.489	2,20%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	18.928.265	2,09%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	17.932.040	1,98%
DÍVIDA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	3.584.083.836	395,74%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias de Valores	279.506.012	30,86%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	543.395.153	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	225.648.300	24,92%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	543.395.154	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Apurado	77.166.738.812	1.411.770.583.504

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, Substituto

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL

3º QUADRIMESTRE DE 2019

PORTARIA Nº 389, DE 14 DE JUNHO DE 2018, DA STN, QUE APROVOU A 9ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal:
– Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados:

DEMOSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO–SE	
	Linhas	Obrigações Patronais e Benefícios Previdenciários com Ativos e Inativos
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 09 – Salário Família 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Obrigações Patronais	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
Benefícios Previdenciários	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909205 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar 31919205 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar TERMINAM COM "0504"; 0509"; 0599"; 0501"; 0503"
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais

	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	03 – Pensões do RPPS e do Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Civis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outros Benefícios Previdenciários	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
	Natureza da Despesa Detalhada	TERMINAM COM "0505"; 0506"; 0507"; 0508"
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes
	Elemento de Despesa	34 – Outas Despesas de Pessoal – Terceirização
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	EXCETUANDO–SE	
		23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares

	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	91 – Sentenças Judiciais
	EXCETUANDO–SE	
	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	92 – Despesas de Exercícios Anteriores
	EXCETUANDO–SE	
	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Fonte de Recursos	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Fonte de Recursos	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 09 – Salário Família 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue–se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO		
União	UO – Poder	0 – Poder Executivo
	UO – Órgão Máximo	34000 – Ministério Público da União
		59000 – Conselho Nacional do Ministério Público
	EXCLUINDO–SE	
	Valores referentes ao GDF e dos ex–Territórios (Amapá e Roraima)	
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0004 – Território do Amapá
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0003 – Território de Roraima
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B"

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo
	89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo
	89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.05	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	89991.39.06	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária).	

	Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT–A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN–D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN–P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT–D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN–F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN–M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN–I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT–E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT–A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN–A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN–C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN–A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN–A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN–A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
	–11111.50.05	Poupança
	–11111.50.11	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU
	–11111.50.12	Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU
	Critérios	
	Tipo de Administração	"3", “4”, “5”, “6” e "8" (Administração Indireta)
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo
	89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo
	89991.39.07	Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo
	89991.39.08	Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN–D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN–P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN–F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT–B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN–B (VL + CM + ENC) – BACEN)	
Dívida Securitizada	89991.39.01	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo
	89991.39.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo
	89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.05	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	89991.39.06	Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	21211.02.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	22211.01.02	Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)	
Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo

	89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01	Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	21891.29.02	Custos das Operações Cambiais e Reservas
	21894.29.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	21895.29.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	–11381.30.01	Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	–11381.30.02	Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP	Sem informação.	
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00	Empréstimos Externos – Em Contrato
	21211.03.01	Crédito Securitizado
	21211.03.03	Contratos de Empréstimos Internos
	21211.07.00	Empréstimos Recebidos Antecipadamente
	21214.03.01	Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados
	21214.03.03	Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados
	21215.03.01	Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios
	21215.03.03	Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios
	21251.01.03	Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos
	21221.06.01	Débitos de Operações Especiais
	21231.02.01	Financiamento dos Ativos Permanentes
	21231.02.02	Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais
	21241.02.01	Financiamento dos Ativos Permanentes
	21254.01.03	Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos – Inter Estados
	21255.01.03	Juros Pró–Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios
	22221.02.00	Empréstimos Externos – Em Contratos
	22211.02.00	Empréstimos Internos – Em Contratos
	21731.03.01	Instituições Financeiras
	21731.06.02	Instituições Não Financeiras
	21771.01.01	Instituições Financeiras
	21735.04.02	Instituições Não Financeiras
	22231.01.01	Financiamentos do Ativo Permanente
	22231.01.02	Financiamentos para Construção de Imóveis
	21231.01.02	Financiamentos Internos
	22241.01.01	Financiamentos do Ativo Permanente
	22731.03.01	Instituições Financeiras
	22771.01.01	Instituições Financeiras
	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)	

Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)		63110.00.00	RP Não Processados a Liquidar
		63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
		63151.00.00	RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto
		63152.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado
		63120.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação
		63210.00.00	RP Processados a Pagar
		52211.01.01	Originário do OGU
		52211.02.01	Antecipação – LDO
		52211.02.09	Anulação da Antecipação – LDO
		52212.01.01	Originário do OGU
		52212.01.03	Originário do OGU – Suplementação Automática
		52212.02.01	Créditos Especiais Abertos
		52212.02.02	Créditos Especiais Reabertos
		52212.02.03	Créditos Especiais Reabertos – Suplementação
		52212.03.01	Créditos Extraordinários Abertos
		52212.03.02	Créditos Extraordinários Reabertos
		52212.03.03	Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação
		52219.01.00	Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas
		52219.02.00	Alteração da Lei Orçamentária
		52219.03.00	Dotação Transferida
		52219.04.00	Cancelamento de Dotações
		52219.01.01	Acréscimo
		52219.01.09	Redução
		52219.02.01	Acréscimo
		52219.02.09	Redução
		52219.03.01	Acréscimo
		52219.03.09	Redução
		–62213.03.00	Crédito Empenhado Liquidado e Pago
	Critérios		
	Ação de Governo		0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)		21891.26.00	Entidades Credoras – Federais
		22891.16.00	Obrigações Junto a Entidades Federais
		22731.04.01	Instituições Financeiras
	Critérios		
	ISF Lançamento		P (Patrimonial)
	Unidade Gestora		170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos		21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
		21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
		21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios

	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Critérios	
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN–SRF 80/89, Outros e Pendencia a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP

	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios
	Critérios	
	Unidade Gestora	380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	–11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	–11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	–11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
	–11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior
	–11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior
	–11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	–11121.52.00	Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo
	–11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916)
	–122XX.XX.XX	Investimentos
	–123XX.XX.XX	Imobilizado
	–124XX.XX.XX	Intangível
	–125XX.XX.XX	Diferido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	Critérios	
	Tipo de Administração	07 – "Fundos"
	Órgão	EXCETO 37904 – "Fundo do Regime Geral da Previdência Social" e 25915 – "Fundo Constitucional do Distrito Federal"
	Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.	
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.	
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação		
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios

	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.	
	Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001– Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001– Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".	
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993.	

	Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.	
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros).	
	Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.	
Demais Dívidas Renegociadas	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados

	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.	
Ajustes para Perdas	12111.99.02	Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa
	12114.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	12115.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	11294.04.01	Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	11295.04.01	Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	12111.99.04	Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.	
Demais Ativos Financeiros		
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.	
Outros Créditos Bancários	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber
	11244.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados
	11245.03.01	Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios
	11241.03.03	Operações Especiais Securitizadas
	11244.03.03	Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados
	11245.03.03	Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	12111.03.14	Créditos de Operações Especiais a Receber
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios
	Critérios	
	Unidade Gestora	170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”

	Unidade Gestora		170700 – "Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)		11291.04.01	Ajuste de Perdas
		12111.99.04	*Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos
		12111.99.07	*Ajuste de Perdas – em Operações Especiais
	Critérios		
	Unidade Gestora		170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
	Unidade Gestora		170526 – "COFIS – Projeto Bird"
	Unidade Gestora		170700 – "Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
(-) Restos a Pagar Processados		62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
		63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
		63210.00.00	RP Processados a Pagar
		62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	Critérios		
	Ação de Governo		EXCETO 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
		62292.01.02	Empenhos em Liquidação
		62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
		63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	Critérios		
	Unidade Gestora		EXCETO 170600 – Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 1248/2020/ME de 14 de janeiro de 2020, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2019.

1.A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2019, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 495, de 2017.

Nota Técnica SEI nº 1248/2020/ME – Anexo I

R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	199.093.739,87	197.113.571,73	203.182.735,09	200.463.489,51
Em Operações de Crédito Externas	107.656.121,30	105.954.805,06	112.400.772,14	109.558.277,37
Em Operações de Crédito Internas	91.437.618,57	91.158.766,67	90.781.962,94	90.905.212,14
AOS MUNICÍPIOS (II)	17.332.998,99	17.279.044,64	18.215.761,95	19.455.576,56
Em Operações de Crédito Externas	13.451.201,59	13.488.296,24	14.485.620,51	14.615.815,69
Em Operações de Crédito Internas	3.881.797,40	3.790.748,40	3.730.141,44	4.839.760,87

ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	34.071.721,96	33.068.412,00	32.333.059,39	28.201.638,03
Em Operações de Crédito Externas	15.284.021,46	15.118.967,35	15.618.832,48	14.673.081,24
Em Operações de Crédito Internas	18.787.700,50	17.949.444,65	16.714.226,91	13.528.556,79
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	7.728.093,12	7.532.421,69	7.804.859,03	7.710.735,13
Em Operações de Crédito Externas	7.518.964,65	7.404.742,20	7.759.199,59	7.710.735,13
Em Operações de Crédito Internas	209.128,47	127.679,49	45.659,44	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	258.226.553,94	254.993.450,06	261.536.415,46	255.831.439,23

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	199.093.739,86	197.113.571,73	203.182.735,09	200.463.489,51
Em Garantia às operações de Crédito Externas	107.656.121,30	105.954.805,06	112.400.772,14	109.558.277,37
Em Garantia às operações de Crédito Internas	91.437.618,56	91.158.766,67	90.781.962,94	90.905.212,14
DOS MUNICÍPIOS (VII)	17.332.998,99	17.279.044,64	18.215.761,95	19.455.576,56
Em Garantia às operações de Crédito Externas	13.451.201,59	13.488.296,24	14.485.620,51	14.615.815,69
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.881.797,40	3.790.748,40	3.730.141,44	4.839.760,87
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	9.073.068,89	8.670.734,45	8.317.925,60	7.839.614,31
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.502.611,75	1.497.976,14	1.544.616,56	1.460.878,82
Em Garantia às operações de Crédito Internas	7.570.457,14	7.172.758,30	6.773.309,04	6.378.735,50
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	7.728.093,12	7.532.421,69	7.804.859,03	7.710.735,13
Em Garantia às operações de Crédito Externas	7.518.964,65	7.404.742,20	7.759.199,59	7.710.735,13
Em Garantia às operações de Crédito Internas	209.128,47	127.679,49	45.659,44	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	233.227.900,86	230.595.772,51	237.521.281,67	235.469.415,51

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa – IN nº 59, aprovada pelo Tribunal de Contas da União – TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externas e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2019 a 31/12/2019.

4.Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e

- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5.Por usa vez, a contabilização correspondente às operações de crédito garantidas que possuem contragarantias está registrada na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e

- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6.Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7.As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2019 (PTAX de venda do fechamento).

8.Ao final do 3º quadrimestre de 2019, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R$ 255,83 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R$ 146,56 bilhões, equivalente a 57,3% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R$ 109,27 bilhões, 42,7% do total.

9.Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (interna e externa) apresentou uma redução no valor aproximado de R$ 5,70 bilhões (-2,2%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10.Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se redução de R$ 2,0 bilhões (-1,8%), em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas, por sua vez, reduziu-se em R$ 3,71 bilhões (-2,5%) durante o 3º quadrimestre de 2019.

11.A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/1989 do Senado Federal, que tornou obrigatória a vinculação de contragarantias a partir de sua edição.

12.Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referente a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas nos casos de dispensa de contragarantias elencados acima.

13.Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela "Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo referido Tribunal. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

Nota Técnica SEI nº 1248/2020/ME – Anexo II								**Valores em Reais 1,00**
DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	**Data de assinatura**	**Data de Encerramento**	**Moeda de Origem**	**Valor Contratado de Origem**	**SD Exercício Anterior**	**1º Quadrimestre**	**2º Quadrimestre**	**3º Quadrimestre**
Externa					**13.781.409.714,26**	**13.620.991.209,67**	**14.074.215.922,25**	**13.212.202.420,93**
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000					**13.669.273.332,82**	**13.506.814.564,25**	**14.014.332.003,84**	**13.212.202.420,93**
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BID 3866/OC-BR	10/11/2017	15/10/2042	USD	750.000.000,00	2.906.100.000,00	2.958.975.000,00	3.103.875.000,00	3.023.025.000,00
BID1608/OC-BR	23/09/2005	23/09/2025	USD	1.000.000.000,00	1.695.225.000,00	1.602.778.125,00	1.681.265.625,00	1.511.512.500,00
BID1860/OC-BR	19/10/2007	19/10/2029	USD	1.000.000.000,00	2.179.575.000,00	2.095.940.625,00	2.198.578.125,00	2.015.350.000,00
BID2023/OC-BR	19/03/2009	19/03/2029	USD	1.000.000.000,00	2.542.837.500,00	2.465.812.500,00	2.586.562.500,00	2.393.228.125,00
BID2236/OC-BR	13/12/2010	13/12/2030	USD	1.000.000.000,00	2.906.100.000,00	2.958.975.000,00	2.974.546.875,00	2.771.106.250,00
BID4358/OC-BR	01/08/2018	15/07/2043	USD	600.000.000,00	1.157.293.222,58	1.178.349.579,60	1.236.052.958,00	1.341.498.112,26
BIRD7964-BR	05/12/2011	15/04/2034	USD	50.000.000,00	63.064.623,04	62.254.512,03	65.303.094,33	61.602.161,35
JBIC 042889 - BNDES - MCPIII	12/07/2002	14/03/2020	JPY	45.000.000.000,00	112.797.758,73	75.515.279,87	83.012.969,50	39.602.101,02
NIB PIL-3497/404242	09/11/2005	15/11/2020	USD	60.000.000,00	44.283.428,46	45.089.142,74	35.472.857,01	23.032.571,29
NIB PIL-4857/413383	13/10/2010	14/12/2020	USD	60.000.000,00	61.996.800,00	63.124.800,00	49.662.000,00	32.245.600,00

CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 96, DE 15.12.1989					**112.136.381,44**	**114.176.645,43**	**59.883.918,41**	**0,00**
Obrigação de vincular contragarantias, mas com possibilidade de dispensa caso a caso e entendimento jurídico de não aplicabilidade a empresas estatais								
BID841/OC-BR	12/12/1994	12/12/2019	USD	400.000.000,00	112.136.381,44	114.176.645,43	59.883.918,41	0,00
Interna					**11.217.243.363,24**	**10.776.686.341,38**	**9.940.917.874,26**	**7.149.821.295,99**
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000					**11.217.243.363,24**	**10.776.686.341,38**	**9.940.917.874,26**	**7.149.821.295,99**
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BNDES - 2010578	14/04/2010	15/04/2030	BRL	5.916.460.013,00	3.184.437.937,72	3.017.779.082,76	2.846.285.652,33	2.664.843.431,45
BNDES - 2010589	30/11/2010	17/04/2034	BRL	3.468.868.873,04	2.737.330.317,50	2.686.336.411,13	2.626.834.613,70	2.566.660.015,66
BNDES - 2011655	07/04/2011	15/07/2021	BRL	1.000.000.000,00	304.990.981,00	266.474.597,46	227.019.467,69	0,00
BNDES - 2011712	06/12/2011	17/01/2022	BRL	2.000.000.000,00	697.438.222,92	606.016.087,42	512.446.608,10	0,00
BNDES - 2013911	01/10/2013	15/01/2024	BRL	3.000.000.000,00	2.062.920.408,80	1.933.722.901,67	1.798.201.969,86	0,00
BNDES - 2014016	16/12/2014	15/01/2026	BRL	2.000.057.050,30	2.230.125.495,30	2.266.357.260,94	1.930.129.562,58	1.918.317.848,88
TOTAL INTERNA E EXTERNA					**24.998.653.077,50**	**24.397.677.551,05**	**24.015.133.796,51**	**20.362.023.716,92**

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, de 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. Dessa forma, as operações de crédito externas garantidas pela União contratadas ao longo de 2019 estão elencadas no Anexo III.

Nota Técnica SEI nº 1248/2020/ME – Anexo III

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2019	BID4460/OC-BR	BID	Governo do Piauí	22/01/2019	USD	44.935.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF
2019	BID4459/OC-BR	BID	Governo do Pará	19/02/2019	USD	35.100.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROFISCO II - PA
2019	CFA010689 - CFA010690	CAF	Governo do Pará	19/02/2019	USD	50.000.000,00	Programa municípios sustentáveis do Estado do Pará
2019	BID4458/OC-BR	BID	Governo do Maranhão	21/02/2019	USD	35.000.000,00	Projeto de modernização da gestão fiscal do Estado do Maranhão - PROFISCO II - MA
2019	NDB - 18BR01	NDB	Governo do Pará	11/03/2019	USD	50.000.000,00	Programa municípios sustentáveis do Estado do Pará
2019	BIRD8639-BR	BIRD	Governo da Paraíba	13/03/2019	USD	50.000.000,00	Projeto Paraíba Rural Sustentável
2019	BIRD8747-BR	BIRD	Prefeitura de Fortaleza/CE	05/06/2019	USD	73.300.000,00	Programa Fortaleza Cidade Sustentável
2019	CFA010812	CAF	Prefeitura de Fortaleza/CE	06/06/2019	USD	150.000.000,00	Programa de Infraestrutura em educação e saneamento de Fortaleza - PROINFRA
2019	CFA010824	CAF	Prefeitura de Camaçari/BA	14/06/2019	USD	80.000.000,00	Programa de integração e desenvolvimento urbano, social e ambiental
2019	BID4641/OC-BR	BID	Prefeitura de São Paulo/SP	19/06/2019	USD	100.000.000,00	Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP
2019	KFW Ceará 28320	KFW	Governo do Ceará	26/06/2019	EUR	50.000.000,00	Programa Águas do Sertão
2019	BID4617/OC-BR	BID	Prefeitura de Vitória/ES	12/08/2019	USD	100.000.000,00	Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã
2019	BIRD8966-BR	BIRD	Governo do Mato Grosso	06/09/2019	USD	250.000.000,00	Empréstimo para liquidação de dívida do Estado com o Bank of America
2019	BID4597/OC-BR	BID	Governo do Mato Grosso do Sul	16/09/2019	USD	47.700.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul - PROFISCO II - MS
2019	BID4554/OC-BR	BID	Governo de Pernambuco	30/09/2019	USD	37.000.000,00	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE

2019	CFA010938	CAF	Governo de São Paulo	07/10/2019	USD	296.000.000,00	Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo - Implantação da Linha 17 - Ouro - Sistema Monotrilho - Trecho 1
2019	CFA010973	CAF	Prefeitura de Contagem/MG	23/10/2019	USD	42.000.000,00	Programa Sistema Integrado de Mobilidade do Município de Contagem
2019	BID4736/OC-BR	BID	Prefeitura de Aracaju/SE	07/11/2019	USD	75.200.000,00	Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro
2019	CFA011008 - CFA011016	CAF	Prefeitura de Jacareí/SP	13/11/2019	USD	60.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Social (PRODUS)
2019	BID4696/OC-BR	BID	Prefeitura de Belo Horizonte/MG	22/11/2019	USD	56.000.000,00	Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde - Melhor Saúde BH
2019	CFA011022 - CFA011024	CAF	Prefeitura de Belo Horizonte/MG	22/11/2019	USD	82.500.000,00	Programa de Governo e do Orçamento Participativo
2019	BID4706/OC-BR	BID	Governo de São Paulo	21/11/2019	USD	87.120.000,00	Projeto de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II SP
2019	BID4623/OC-BR	BID	SABESP-SP	29/11/2019	USD	300.000.000,00	Programa de Despoluição do Rio Tietê - Etapa IV
2019	BIRD8916-BR	BIRD	SABESP-SP	04/12/2019	USD	250.000.000,00	Programa Saneamento Sustentável e Inclusivo - SABESP
2019	CFA011054	CAF	Prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO	12/12/2019	USD	35.000.000,00	Programa de Reestruturação Viária na Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II
2019	BRA-22/2019	FONPLATA	Prefeitura de Vila Velha/ES	29/12/2019	USD	27.600.000,00	Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais em Vila Velha - ES
2019	BIRD8986-BR	BIRD	Governo do Ceará	30/12/2019	USD	100.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase
2019	BIRD9006-BR	BIRD	Governo do Ceará	30/12/2019	USD	139.880.000,00	Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Ceará
2019	BID4632/OC-BR	BID	Governo do Paraná	30/12/2019	USD	118.370.000,00	Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III
2019	CFA011063	CAF	Prefeitura de Santo André/SP	30/12/2019	USD	50.000.000,00	Programa Sanear Santo André - SANEASA
2019	CFA011060	CAF	Prefeitura de Araguaína/TO	30/12/2019	USD	54.900.000,00	Projeto de Saneamento Integrado de Araguaína-TO

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da IN nº 59 do TCU, de 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Nota Técnica SEI nº 1248/2020/ME – Anexo IV

Em milhões de R$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	Total
Estados	**2.361,87**	**4.031,34**	**4.805,60**	**8.350,24**	**19.549,04**
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	14.287,26
Mato Grosso	107,13	-	-	-	107,13
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	133,31
Goiás	-	-	33,59	770,15	803,74
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.861,05
Piauí	-	-	126,95	-	126,95
Amapá	-	-	-	90,18	
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	139,41
Municípios	**15,81**	**28,49**	**17,49**	**3,43**	**65,22**
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	56,91
Chapecó-SC	2,27	-	-	-	2,27
Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	1,83	3,28
Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	1,59	2,76
Total Geral	**2.377,68**	**4.059,83**	**4.823,09**	**8.353,67**	**19.614,26**

Os valores abaixo diferem do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação–Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar

	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C"

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111002
	Natureza de Receita	Começa com: 8111002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP
	89611.03.10	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111001
	Natureza de Receita	Começa com: 2111003
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP

	89611.03.04	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
Aporte em Empresas	89611.03.11	Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP
	89611.03.12	Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado
	89611.03.02	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado
	89611.03.05	Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA
	89611.03.06	Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	89611.03.07	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo
	89611.03.08	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo
	Critérios	(EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)
	Natureza de Receita	Começa com: 2121001
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Abertura de Crédito	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Contratuais Internas	212110398	Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada

	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2122001
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada ***Critérios*** Natureza de Receita Começa com: 2119001 Natureza de Receita Começa com: 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada ***Critérios*** Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)	

5) DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – LRF, art. 55, inciso III alínea "a", Anexo 5

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
– Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000);

Composição das colunas do relatório:

Metodologia das Colunas do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL (a)	11100.00.00 ("Caixa e Equivalentes de Caixa") com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a "F"; Valor positivo da equação "82224.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição) – 82214.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição)", ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. Valor positivo da equação "89432.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) – 89431.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)", ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
	63210.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar);

Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores (b)	63130.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar).
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício (c)	63270.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	63110.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar); 63120.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); 63151.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); 63152.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados).
Demais Obrigações Financeiras (e)	20000.00.00 com filtro "ISF Lançamento" igual a "F"; –21892.39.01 (Cota Recebida Diferida); –21892.39.02 (Repasse Recebido Diferido); –21892.39.03 (Sub–Repasse Recebido Diferido); –Colunas "b" e "c"; –63120.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); –63152.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); –53172.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); Valor positivo da equação "82214.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 82224.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)". Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. Valor positivo da equação "89431.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) – 89432.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)", ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (f) = (a – b – c – d – e)	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPNP do Exercício), subtraímos da coluna "a" (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas "b", "c", "d" e "e".
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados no Exercício (g)	53171.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); 53172.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) (h)	+ 63191.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Composição dos GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS a partir dos códigos de destinação de recursos e seus detalhamentos:

Linhas do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa	Fonte de Recursos	Fonte de Recursos Detalhada
Total de Recursos Não Vinculados/Ordinários	00 – Recursos Ordinários	
	29 – Recursos de Concessões e Permissões	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 017000; 032281; 392070
	78 – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 980000
	86 – Outras Receitas Vinculadas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 711010; 980000
	97 – Dividendos ± União	
	98 – Desvinculação de Recursos	
	99 – Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal	
1. Recursos vinculados à Educação	12 – Destinados À Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	
	13 – Contribuição do Salário–Educação	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 150071
	21 – Sem Código Siafi – Mas Relacionado Com o Grupo	
	36 – Recursos Vinculados Aplicados Em Outras Políticas Públicas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 261010
	42 – Compens. Financ. P/Expl. de Petr. Ou Gás Natural	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 261010
	86 – Outras Receitas Vinculadas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 261010
	93 – Produto da Aplic. dos Rec. A Conta do Sal. Educ.	
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	06 – Contr. Fundo de Saúde Pol. Mil. Bombeiros do DF	
	17 – Rec. Oriundos Contr. Voluntárias Montepio Civil	

	18 – Contribuições Sobre Concursos de Prognósticos	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 033907; 033908; 033909
	22 – Renda Líquida de Concursos de Prognósticos	
	23 – Contribuição P/ Custeio de Pensões Militares	
	25 – Sem Código Siafi – Mas Relacionado Com o Grupo	
	36 – Recursos Vinculados Aplicados Em Outras Políticas Públicas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 369010
	39 – Alienação de Bens Apreendidos	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 191372; 209262
	40 – Contribuições Para os Programas Pis/Pasep	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 171431
	42 – Compens. Financ. P/Expl. de Petr. Ou Gás Natural	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 369010
	51 – Contr. Social S/O Lucro das Pessoas Jurídicas	
	53 – Contribuição P/Financiam. da Seguridade Social	
	55 – Contrib. Provisória S/ Movimentação Financeira	
	84 – Contribuições S/Remun. Dev. Ao Trabalhador–FGTS	
	86 – Outras Receitas Vinculadas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 369010,369011,057202
	94 – Doações Para Combate A Fome	
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	56 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	
	69 – Contrib. Patronal P/Plano de Segurid. Soc. Serv.	
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	54 – Recursos do Regime Geral de Previd. Social	
	86 – Outras Receitas Vinculadas	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 559020
5. Recursos de Receitas Financeiras	07 – Outras Compensações Financeiras	
	52 – Resultado do Bacen	
	59 – Rec. Oper. Of. Cred. – Ret. Ref. Div. Med. e L. Prazos	
	60 – Recursos das Operações Oficiais de Credito	
	61 – Certificados de Privatização	
	66 – Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 532070,041310,749180
	67 – Notas do Tes. Nac. – Serie "P"– Moeda Corrente	
	71 – Rec. das Oper. Of. de Crédito – Ret. de Oc. – BEA/BIB	
	73 – Rec. das Oper. Of. de Crédito – Ret. de Oc. Est. Mun.	
	88 – Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	
	89 – Rec. Oper. Of. Créd. – Retorno Ref. Div. Club. Paris	
6. Recursos de Operação de Crédito	43 – Refinanciamento da Div. Públ. Mobil. Federal	
	44 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	
	46 – Operações de Credito Internas – Em Moeda	
	47 – Operações de Credito Internas – Bens/Serviços	
	48 – Operações de Credito Externas – Em Moeda	
	49 – Operações de Credito Externas – Bens/Serviços	
	64 – Títulos da Dívida Agraria	
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	62 – Recursos Primários Para Amortização da Dívida Pública	
	63 – Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	
	65 – Alienação de Obrigações do FND	
	87 – Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais	01 – Imposto S/Renda e S/Produtos Industrializados	
	02 – Imposto Territorial Rural	

	11 – Contrib. Deriv. Petróleo, Comb. Com.– Cide	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 017337
	13 – Contribuição do Salário–Educação	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 150071
	18 – Contribuições Sobre Concursos de Prognósticos	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 033905; 033910
	19 – Imposto S/Operações Financeiras–Ouro	
	29 – Recursos de Concessões e Permissões	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 442081; 442082
	34 – Compensações Financ. P/Utiliz. de Rec. Hídricos	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 001198; 032000; 032001
	41 – Compensações Financ. P/Explor. de Rec. Minerais	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 032000
	42 – Compens. Financ. P/Expl. de Petr. Ou Gas Natural	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 032284; 032290
	45 – Rec. Prod. de Petróleo/Gás Nat. Camada Pré–Sal	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 731040; 731041
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	08 – Fundo Social–Parc. Dest. Educação Públ. e Saude	
	11 – Contrib. Deriv. Petróleo, Comb.Com.–Cide	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 017337
	15 – Contribuição P/Os Prog. Especiais – PIN–PROTERRA	
	16 – Rec. Outorga de Dir. de Uso de Rec. Hídricos – ANA	
	18 – Contribuições Sobre Concursos de Prognósticos	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 033905; 033907; 033908; 033909; 033910
	20 – Contr. S/Arrec. Fundo Investimentos Regionais	
	27 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	
	29 – Recursos de Concessões e Permissões	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 017001; 032281; 392070; 442081; 442082
	30 – Contribuição P/O Des. da Ind. Cinemat. Nacional	
	31 – Selos de Controle Lojas Francas – FUNDAF	
	32 – Recursos Destinados Ao FUNDAF	
	33 – Recursos do Prog. de Adm. Patrim. Imobiliário	
	34 – Compensações Financ. P/Utiliz. de Rec. Hídricos	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 001198; 032000; 032001
	35 – Cota–Parte Adic. Frete Renov. Marinha Mercante	
	37 – Cota–Parte dos Preços de Real. dos Comb. Autom.	
	38 – Sem Código Siafi – Mas Relacionado Com o Grupo	
	39 – Alienação de Bens Apreendidos	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 191372; 209262
	40 – Contribuições Para os Programas Pis/Pasep	Apenas para o(s) Detalhamento(s): 171432
	41 – Compensações Financ. P/Explor. de Rec. Minerais	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 32000
	42 – Compens. Financ. P/Expl. de Petr. Ou Gás Natural	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 032284; 032290; 369010; 261010
	45 – Rec. Prod. de Petróleo/Gás Nat. Camada Pré–Sal	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 731040; 731041
	50 – Recursos Não–Financeiros Diretam. Arrecadados	
	57 – Receitas de Honorários de Advogados	
	58 – Fonte Extinta e Incorporada À Fonte 32	
	72 – Outras Contribuições Econômicas	
	74 – Tx/Mul. P/Poder de Polícia e Mul. Prov. Proc. Jud.	
	75 – Taxas Por Serviços Públicos	
	76 – Outras Contribuições Sociais	
	78 – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 980000
	79 – Fundo de Combate A Erradicação da Pobreza	
	80 – Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	
	81 – Recursos de Convênios	
	82 – Restit. Recursos de Convênios e Congêneres	
	83 – Pagamento Pelo Uso de Recursos Hídricos	
	85 – Desv. Parcial de Rec. da Cota – Parte Comp. Finan.	

	86 – Outras Receitas Vinculadas	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 711010; 980000; 261010; 559020;369011;057202;369010
	92 – Saldos Exercícios Anteriores – Rec. do Tesouro	
	95 – Doações de Entidades Internacionais	
	96 – Doações de Pessoas Físicas/Instit. Públ. e Priv. Nac.	
10. Outros Recursos Vinculados	09 – Recursos do Orçamento de Investimento	
	36 – Recursos Vinculados Aplicados Em Outras Políticas Públicas	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 369010; 261010
	66 – Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	EXCETO para o(s) Detalhamento(s): 532070;041310;749180
	90 – Recursos Diversos	
	– Demais Códigos Contidos No Tesouro Gerencial Que Não Se Encaixam Nas Demais Fontes.	
11. Recursos a Classificar	77 – Recursos A Classificar	

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 5.